

**T8 Estudo de perspectivas concorrentes em torno da segurança e soberania alimentar:  
texto elaborado com base em Moruzzi Marques (2010)**

Geovanna Souza; Hanne Copaert; João Victor; Lucie Chopot; Melissa Fiolo; Lucie Chopot; Robbe Gommers

Hoje, há um efervescente debate sobre a noção de soberania alimentar que é apresentada como uma forma de mudança de perspectiva para o modelo de produção de alimentos e de sua distribuição. Trata-se de uma maneira de questionar a noção de segurança alimentar, na medida em que sua polissemia provoca ambiguidades e, por consequência, descontentamentos.

A noção de segurança alimentar foi notoriamente difundida graças à Política Agrícola Comum (PAC) europeia. No contexto do pós-guerra, a PAC estabelece propósitos de segurança alimentar muito associados com estratégias ligadas à defesa, o que contribuiu para explicar o uso de uma terminologia militar. Essa política visava assegurar uma oferta abundante de alimentos aos mercados europeus, com “preferência comunitária”, ou seja com um caráter protecionista. Sua concepção fundou-se em visão produtivista, que permitiu o alcance de grande autossuficiência alimentar, mas gerou muitas externalidades negativas, tanto ambientais (como poluição da água e do solo) quanto sociais (como desaparecimento de muitas unidades produtivas familiares). Portanto, a segurança alimentar é muitas vezes concebida em termos produtivistas.

No Brasil o termo ganhou notoriedade, sobretudo, com a formulação da Política Nacional de Segurança Alimentar (PNSA), proposta pela oposição ao governo do presidente Collor de Mello, quando alcançou grande difusão. Tratava-se de uma perspectiva abrangente sobre segurança alimentar, que visava abraçar ideias em torno da democratização e da equidade de acesso aos alimentos, englobando assim a reforma agrária, políticas de emprego e renda e produção de alimentos.

A repercussão desta proposta oposicionista levou à instituição do Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA) no âmbito do governo Itamar Franco (1992-1994), após a destituição de Collor de Mello. A propósito, esta proposta estimula forte participação social, em contexto de democratização do país após os longos anos de ditadura militar, em torno do acesso à alimentação adequada.

Neste período, emerge claramente uma visão produtivista de segurança alimentar, representada pela proposição da Associação Brasileira de Agribusiness (ABAG, hoje o termo inglês foi substituído por agronegócio). Nesta concepção de segurança alimentar, a solução da fome no mundo se associaria à liberalização do comércio internacional de alimentos. A lógica aqui é favorecer o setor agroindustrial para que possa aumentar

substancialmente a oferta, permitindo a diminuição dos preços dos alimentos, o que bastaria para um eficaz combate contra a fome.

Todavia, a lógica produtivista e industrial revela suas insuficiências, pois por exemplo o número de indivíduos em situação de insegurança alimentar cresceu de 850 milhões em 2007 para um bilhão em 2010, apesar do aumento na produção agrícola. Ainda mais, a progressão de obesidade pode revelar outra dimensão do problema. A mudança de hábitos alimentares mais locais e, geralmente, mais equilibrados, para uma alimentação mais industrializada com alto poder calórico constitui a principal causa deste fenômeno social de degradação da saúde pública. Ademais, a agricultura industrial produtivista é responsável por fortes impactos ambientais.

Na Cúpula Mundial da Alimentação, em 1996 em Roma, o debate sobre a segurança alimentar foi muito acalorado. Nesta ocasião, a Via Campesina, que representa agricultores familiares e camponeses do mundo todo, defende a noção de soberania alimentar, em razão do seu descontentamento com as perspectivas produtivistas em torno da segurança alimentar.

Com a soberania alimentar, a prioridade se dirige à produção agrícola familiar local com o objetivo de assegurar a alimentação da população. Assim, trata-se de aplicar medidas visando favorecer o acesso ao fundiário dos agricultores sem-terra ou com pouca terra, bem como lhes assegurar o acesso à água, às sementes e ao crédito. No Brasil, os principais membros da Via Campesina são o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Movimento Nacional dos Trabalhadores Sem-Terra (MST) e o Movimento de Pequenos Agricultores (MPA).

A noção de soberania alimentar tende a valorizar iniciativas em torno de sistemas agroflorestais manejados por agricultores familiares. Estes sistemas promovem maior qualidade dos alimentos, sem uso de agrotóxicos. Neste âmbito, o fortalecimento dos mercados locais e dos produtores familiares é visto como uma alternativa saudável para atender à demanda de alimentos, reforçando os laços culturais da nação diante de um mercado internacional agrícola globalizante com tendências homogeneizantes.

Assim, a agricultura familiar, sobretudo aquela apresentando produção diversificada e agroecológica, é considerada como mais eficaz e apropriada para o abastecimento alimentar. Políticas concebidas para seu apoio constituiriam um poderoso instrumento para a redução da pobreza e o acesso a uma alimentação saudável, observando o desenvolvimento de mercados locais e permitindo o crescimento da oferta de alimentos orgânicos respeitando as tradições culturais dos diferentes territórios.

Um bom exemplo de iniciativa que tende a ser valorizada com a perspectiva de soberania alimentar é aquele da COOPAMSP (Cooperativa dos Produtores Agropecuários de São Pedro). O estudo desta cooperativa evidencia que os agricultores trabalhando juntos são mais fortes, o que contribui muito para assegurar uma oferta importante de produtos de qualidade no mercado. A propósito, a cooperativa tem estimulado a venda direta do produtor ao consumidor, o que reforça laços de confiança (MORUZZI MARQUES, LUCAS & TRIVELLATO, 2017).

Como conclusão, no debate brasileiro atual sobre segurança alimentar, a defesa da soberania alimentar cresce, associada à garantia do abastecimento alimentar pela

produção agrícola familiar. A noção de soberania alimentar favorece também a defesa da reforma agrária como forma de cumprir a função social da propriedade fundiária e assegurar o direito a uma alimentação digna, o que é previsto na Constituição brasileira.

### **Referências bibliográficas**

MORUZZI MARQUES, Paulo Eduardo (2010), “Embates em torno da segurança e soberania alimentar: estudo de perspectivas concorrentes”, **Revista Segurança Alimentar e Nutricional**, vol. 17(2), Campinas: Unicamp, pp. 78-87.

MORUZZI MARQUES, Paulo Eduardo, LUCAS, Ademir & Trivellato, Gabriela (2017). O papel da extensão universitária no apoio à agricultura familiar no município de São Pedro/SP. **Revista de Cultura e Extensão**, nº 18. São Paulo: USP, pp. 13-23.